



REGULAMENTO

7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ

DAS COMPETIÇÕES

Art. 1º - O presente regulamento visa disciplinar, fixar diretrizes e estabelecer as normas para o "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ".

Art. 2º - Participação do torneio masculino do "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ", os clubes classificados entre a 1ª e a 10ª posições no 6º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ, e que não tenham sofrido nenhuma punição, bem como os 02 (dois) primeiros colocados no "Qualifying" realizado juntamente com o VIII Troféu Brasil Interclubes em 2010, de modo a se completar o total de 12 (doze) clubes participantes.

Parág. 1º - A participação no presente evento é reservada a atletas masculinos legalmente vinculados a uma das agremiações definidas no caput do artigo, que deverá estar quite com suas taxas junto à tesouraria de suas Federações até o dia marcado para inscrição de cada rodada.

Parág. 2º - As equipes serão compostas por um total de, no máximo, 10 (dez) atletas e, no mínimo de 05 (cinco) atletas. Também deverão estar relacionados entre os atletas, 01 (um) técnico e 01 (um) auxiliar técnico.

Parág. 3º - Os atletas componentes das equipes terão que, obrigatoriamente, possuir a graduação mínima de faixa roxa (2º Kyu) e pertencerem às classes: Juvenil, Junior ou Sênior.

Art. 3º - O "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDO" será disputado nas categorias: até 66 kg, até 73 kg, até 81 kg, até 90 kg e acima de 90 kg.

Art. 4º - As equipes, para cada rodada, serão formadas por 05 (cinco) atletas. O número mínimo de atletas inscritos para uma rodada será de 03 (três) atletas.

Parág. Único - Caso alguma equipe não compareça para o confronto será considerada perdedora pelo placar: número de atletas/categorias representadas pela equipe adversária X 0. E esta equipe sofrerá as sanções previstas no art. 10º

DO SISTEMA DE APURAÇÃO

Art. 5º – Na fase classificatória serão divididos quatro grupos, denominados Grupo “A”, Grupo “B”, Grupo “C” e Grupo “D”, contendo 03 (três) equipes cada, e os quatro melhores posicionados no ano anterior, serão direcionados da seguinte forma:

- Grupo “A” – 1º colocado no GP 2009
- Grupo “B” – 2º colocado no GP 2009
- Grupo “C” – 3º colocado no GP 2009
- Grupo “D” – 4º colocado no GP 2009

As demais equipes serão incluídas mediante sorteio.

Parág. 1º - Se algum dos clubes classificados entre as quatro primeiras colocadas estiver impedido ou decidir por não participar do “7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ” a vaga será ocupada pelo clube na posição subsequente, até serem completados os 04 (quatro) cabeças-de-chave.

Parág. 2º - Nesta fase o sistema de apuração no “7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ” será o de rodízio de todos contra todos e ao final, após a apuração dos resultados os PRIMEIROS e SEGUNDOS lugares de cada grupo formarão dois novos grupos denominados Grupo I e Grupo II com 04 (quatro) integrantes que disputarão duas vagas para a definição do 1º ao 4º lugares, e duas vagas para a definição do 5º ao 8º lugares. As equipes que não passaram da primeira fase disputarão do 9º ao 12º lugares.

Parág. 3º - Para a segunda fase os grupos I e II serão estabelecidos da seguinte forma:

- Grupo “I” - 1º do Grupo “A” e 1º do Grupo “D” e 2º do Grupo do “A” e 2º do Grupo do “D”
- Grupo “II” - 1º do Grupo “B” e 1º do Grupo “C” e 2º do Grupo do “B” e 2º do Grupo do “C”

Art. 6º - Cada equipe terá realizado 02 (dois) confrontos ao término da 1ª fase em seu respectivo grupo e aquelas classificadas realizam mais 03 (três) combates na 2ª fase.

Parág. 1º - A classificação na 1ª e 2ª fases será aferida através do somatório de pontos depois de concluídos os combates de cada grupo, na respectiva fase, de acordo com a tabela abaixo:

| RESULTADO | PONTOS |
|-----------|--------|
| Vitória | 03 |
| Empate | 01 |
| Derrota | 00 |

Parág. 2º - Serão consideradas 1º do GRUPO “A”, 1º do GRUPO “B”, 1º do GRUPO “C” e 1º do GRUPO “D” aquelas equipes que obtiverem o maior número de pontos ao término da 1ª fase.

Parág. 3º - Serão consideradas 2º do GRUPO “A”, 2º do GRUPO “B”, 2º do GRUPO “C” e 2º do GRUPO “D” aquelas equipes que obtiverem o segundo maior número de pontos ao término da 1ª fase.

Parág. 4º - Serão consideradas 3º do GRUPO “A”, 3º do GRUPO “B”, 3º do GRUPO “C” e 3º do GRUPO “D” aquelas equipes que obtiverem o menor número de pontos ao término da 1ª fase.

Parág. 5º - Na segunda fase será utilizado o mesmo critério acima descrito para a definição do 1º e 2º lugares do GRUPO "I", e do 1º e 2º do GRUPO "II",

Art. 7º - Em caso de empate na classificação das equipes, depois de concluída todas as rodadas de cada grupo, nas respectivas fases, serão obedecidas os seguintes critérios de desempate:

- 1 - Maior número de confrontos vencidos por cada equipe em seus confrontos;
- 2 - Confronto direto;
- 3 - Somatório do número de Ippons do total de atletas de cada equipe, nos confrontos realizados, nas respectivas fases;
- 4 - Persistindo o empate, será marcado um novo confronto entre as equipes empatadas, não havendo Hiki-wake em nenhuma das lutas.

Art. 8º - A 3ª fase será disputada como uma semifinal onde o 1º do GRUPO "I" enfrenta o 2º do GRUPO "II" e o 1º do GRUPO "II" enfrenta o 2º do GRUPO "I", apurando-se as duas equipes finalistas e as duas equipes que disputarão o 3º lugar no 7º Grand Prix Nacional.

Parág. 1º - Em uma segunda chave o 3º do GRUPO "I" enfrenta o 4º do GRUPO "II" e o 3º do GRUPO "II" enfrenta o 4º do GRUPO "I", apurando-se as duas equipes vencedoras que disputarão a 5ª e a 6ª colocação e as duas equipes que disputarão a 7ª e 8ª colocação no 7º Grand Prix Nacional.

Parág. 2º - Em uma terceira chave estarão presentes os terceiros colocados da primeira fase. O 3º do GRUPO "A" enfrenta o 3º do GRUPO "D" e o 3º do GRUPO "B" enfrenta o 3º do GRUPO "C", apurando-se as duas equipes vencedoras que disputarão a 9ª e a 10ª colocação e as duas equipes que disputarão a 11ª e 12ª colocação no 7º Grand Prix Nacional.

Art. 9º - Nesta fase, em caso empate no confronto entre as equipes, deverá ser realizada uma única luta, em uma categoria de peso definida através de sorteio entre as categorias de peso onde houve HIKE WAKE, na qual será utilizado o sistema de Golden Score, ou seja, o combate é encerrado mediante a obtenção da primeira vantagem por qualquer um dos lutadores.

Parag. Único - Será considerado empate quando as equipes obtiverem o mesmo número de vitórias, independente das pontuações obtidas em cada luta.

Art. 10º - Caso alguma equipe não compareça para o confronto será considerada perdedora pelo placar: número de atletas/categorias representadas pela equipe adversária X 0.

Parág. 1º - A agremiação que reincidir a falta em qualquer rodada do "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ" será sumariamente eliminada do evento, perdendo o direito a sua classificação, e ficando impedida de participar no evento por seu respectivo estado no ano subsequente.

Parág. 2º - A agremiação transgressora deverá ressarcir à Confederação Brasileira de Judô, todo o montante despendido em favor dela, com bilhetes aéreos, hospedagem e alimentação nesta edição do Grand Prix Nacional de Judô.

Parág. 3º - A agremiação a qual pertença a equipe faltosa não poderá gozar de seus direitos estatutários até a quitação de seu débito junto a Tesouraria da Confederação Brasileira de Judô.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 11º - A Inscrição da equipe no "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ" será efetivada da seguinte forma:

a. Pela relação nominal dos atletas, técnico e o auxiliar, em formulário próprio, contendo: nome completo, ano de nascimento, a cor da faixa, o nº de registro na Federação a qual o atleta esteja vinculado e o nº de registro na CBJ, devendo ser entregue na Federação de Judô de seu respectivo estado, no dia determinado para as inscrições no "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDO".

b. Cada equipe deverá inscrever os 10 (dez) atletas que a representarão durante o 7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDO.

c. A CBJ e as federações estaduais autorizam os clubes participantes a contratarem no máximo 02 (dois) atletas de outro clube, de qualquer federação, podendo um deles ser estrangeiro, com o objetivo específico deste (s) atleta (s) disputar apenas o "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDO", não sendo necessária a transferência do mesmo. No caso de empréstimo ou contrato, o clube deverá apresentar uma autorização da federação de origem.

d. Cada atleta poderá ser inscrito na competição somente por um clube.

e. Em caso de permuta de atletas entre os clubes participantes do Grand Prix, a organização providenciará o ajuste na tabela para que não haja possibilidade de manipulação de resultados.

f. Em caso de transferência, somente atletas transferidos até o dia 06 de setembro de 2010, poderão participar do Grand Prix Nacional de Judô.

DA ARBITRAGEM

Art. 12º - A equipe de Arbitragem será composta por 04 (quatro) Árbitros; 01 (um) Árbitro Central, 02 (dois) Laterais e 01 (um) Auxiliar.

Art. 13º - Compete ao Árbitro Central e aos Árbitros Laterais dirigirem os shiais de acordo com as regras estabelecidas pela FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JUDÔ.

Art. 14º - Compete ao Árbitro Auxiliar zelar pela manutenção da disciplina por parte de técnicos e atletas que estejam compondo as Equipes fora da área de combate.

Art. 15º - Compete ao Árbitro Auxiliar fiscalizar se o art. 30º do Regulamento do "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ" e seus respectivos parágrafos estão sendo cumpridos.

Parág. 1º - Caso o Árbitro Auxiliar constate que algum(s) atleta(s) esteja(m) descumprindo algum(s) item(s) do artigo 30º do Regulamento "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ" deverá comunicar ao Árbitro Central a desclassificação do(s) mesmo(s) e logo em seguida à mesa de controle.

Parág. 2º - Antes da aplicação das sanções que se fizerem necessárias será anunciado e oferecido um período de 05 (cinco) minutos, anteriores a realização saudação inicial entre as equipes, para que o Árbitro Auxiliar fiscalize as duas equipes, dando-lhes a oportunidade de enquadrarem-se nos artigos deste Regulamento.

Parág. 3º - Esgotado o período descrito no art. 15º - parág. 2º e, ainda existindo irregularidades, o Árbitro Auxiliar fará uso das sanções cabíveis.

Parág. 4º - O(s) atleta (s) desclassificado (s) não poderá (ão) permanecer na área de competição.

Parág. 5º - O atleta desclassificado em virtude de descumprimento do artigo 30º do presente Regulamento, não poderá ser substituído, porém, constitui-se direito do técnico apresentar outro atleta para disputar na categoria em que o atleta desclassificado tenha sido escalado, se o mesmo tiver apresentado na ficha de escalação 02 (dois) nomes para a respectiva categoria.

Parág. 6º - Não será permitido o uso do mesmo judogui por mais de um atleta que esteja escalado por uma equipe, cabendo a desclassificação de um entre os dois atletas que vierem a utilizar o mesmo judogui, a fim de cumprirem as determinações do art. 29º e seus respectivos parágrafos, deste Regulamento.

Parág. 7º - Caberá ao Árbitro Auxiliar comunicar à mesa de controle a desclassificação de algum atleta, comunicando o mesmo através da apresentação do cartão vermelho, antes da realização do cumprimento inicial das suas equipes.

Parág. 8º - Ao(s) atleta(s) desclassificado(s) serão aplicadas as sanções previstas na alínea b, do artigo 37º deste Regulamento.

DA PESAGEM

Art. 16º - A pesagem oficial para o "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ" será realizada no dia e local da competição, sob a responsabilidade de uma comissão de pesagem designada pela coordenação técnica do evento.

Art. 17º - A pesagem terá a duração total de 60 (sessenta) minutos divididos em 02 (dois) períodos de 30 (trinta) minutos.

Parág. 1º - No primeiro período de 30 (trinta) minutos haverá uma balança livre, onde os atletas poderão aferir os seus pesos livremente.

Parág. 2º - Se assim o desejarem, os técnicos responsáveis pelas equipes poderão solicitar que a Coordenação Técnica efetue a pesagem oficial no período de balança livre, respeitando as alíneas a, b e c do parág. 4º, do art. 17º, deste Regulamento.

Parág. 3º - Reserva-se o direito à Coordenação Técnica do evento de atender ou não a solicitação dos senhores técnicos, de acordo com as possibilidades operacionais.

Parág. 4º - Nos 30 (trinta) minutos finais do tempo destinado a pesagem não mais será permitido que o atleta utilize a balança livre, pois estaremos no período de pesagem oficial, que obedecerá as seguintes normas:

a. Todas as equipes deverão pesar completas. O atleta que não pesar junto com sua equipe estará, automaticamente, eliminado da rodada.

b. Todos os atletas, obrigatoriamente, deverão pesar vestindo somente sunga ou cueca, descalços e sem nenhuma jóia, cordão, bijuterias e etc., havendo uma tolerância de 200 (duzentos) gramas para a sunga.

c. Só será permitida a passagem pela balança uma única vez, no horário da pesagem oficial.

Art. 18º - Qualquer descumprimento por parte de algum (uns) atleta (s) dos dispositivos especificados para o procedimento de pesagem nas alíneas do parág. 4º do art. 17º, acarretará a desclassificação do (s) atletas (s) da rodada em curso.

Obs.: A desclassificação do (s) atleta (s) é de competência do coordenador técnico do evento.

Art. 19º - Aos 05 (cinco) minutos restantes para o final do horário estipulado para a pesagem oficial, um membro da comissão de pesagem avisará para os senhores técnicos que os mesmos deverão entregar antes do horário previsto para o término da pesagem, as carteiras de identificação, que servirão como senhas para que as equipes possam começar sua pesagem antes e possam terminá-la após o horário previsto. Não será permitida a entrega de outras identificações após a entrega das carteiras pelo técnico.

Art. 20º - Todos os atletas deverão apresentar antes de entrar no recinto de pesagem seus respectivos documentos de identificação da federação ao qual estão inscritos, ou autorização no caso de atletas convidados, bem como o atestado médico. A não apresentação da carteira da federação implicará na eliminação do atleta da rodada. Só serão aceitos documentos do ano em curso e que contenham fotografia recente.

DO INÍCIO DA COMPETIÇÃO

Art. 21º - A competição será iniciada no horário previsto na tabela oficial do 7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ.

DA ESCALAÇÃO DAS EQUIPES

Art. 22º - Cada técnico terá o prazo até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o início da competição para entregar na mesa de controle a escalação da equipe para o 1º combate, findo os quais a equipe será considerada ausente.

Parág. Único – Nos demais combates as escalações deverão ser entregues dentro do prazo estipulado pela organização, findo o qual será utilizada a escalação anterior.

Art. 23º - Cada técnico poderá escalar no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) atletas para a participação no respectivo confronto.

Parág. Único – No caso de atletas contratados, de outro clube/federação ou estrangeiro, não há restrição de número para a participação nos confrontos, tendo o técnico a liberdade para escalar quantos quiser.

Art. 24º - Nas categorias que o técnico escalar 02 (dois) atletas, caberá ao mesmo definir qual deles enfrentará o atleta da equipe adversária.

Parág. 1º - A definição do atleta que irá lutar deverá ser efetuada pelo técnico logo após o locutor anunciar a categoria que irá se apresentar.

Parág. 2º - Se os 02 (dois) atletas entrarem na área de combate simultaneamente caberá ao Árbitro Central desclassificá-los com hansoku make.

Parág. 3º - Após a entrada de um atleta área de combate este não poderá ser substituído pelo outro, sendo o mesmo desclassificado com hansoku make pelo Árbitro Central, caso isso ocorra.

Art. 25º - Cabe ao Árbitro Auxiliar fiscalizar a entrada dos atletas na área de competição, zelando para que nenhum atleta que não esteja na súmula permaneça no banco de reservas, como também, que nenhum atleta deixe de assiná-la.

Art. 26º - Só poderão constar na escalação da equipe atletas que estejam de acordo com o Art. 11º bem como também cumpridos todos os artigos previstos sobre a pesagem (artigos 16º, 17º, 18º, 19º e 20º) do Regulamento do "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ".

Parág. 1º - Após a entrega da escalação não será permitido qualquer tipo de retificação.

DO INÍCIO DOS COMBATES

Art. 27º – Os combates seguirão a ordem crescente dos pesos sendo que, imediatamente antes de cada confronto, a coordenação técnica dirigirá o sorteio para definir a categoria a partir da qual serão iniciados os combates.

Art. 28º - Antes do início das lutas, as equipes deverão perfilar dentro da área de competição, a fim de participarem da saudação inicial, a cargo do Árbitro Central e apresentação de sua escalação para o público, que será feita pelo locutor oficial da competição.

Parág. 1º - O não comparecimento no prazo de 05 (cinco) minutos após a hora prevista para o início da competição implicará na perda por desistência, cabendo a outra equipe a vitória pelo placar: número de atletas/categorias representadas pela equipe adversária X 0.

Parág. 2º - Caberá ao Árbitro Central declarar a desistência da equipe que não comparecer e conseqüentemente vitória da outra.

Parág. 3º - Serão aplicadas as multas e sanções previstas no artigo 10º do presente Regulamento.

DO JUDOGUI

Art. 29º - Os judoguis deverão estar dentro das determinações da Federação Internacional de Judô, ressalvados dos ajustes constantes desse regulamento.

Parág. 1º - Todas as equipes se farão representar por atletas que, obrigatoriamente, deverão ter na parte posterior/superior do judogui, no espaço de 40 cm o nome do seu clube em sua cor oficial, observado obrigatoriamente o padrão estabelecido pela Confederação Brasileira de Judô.

Parág. 2º - No caso da equipe possuir patrocinador, o espaço reservado ao nome e às cores do Clube poderá ser dividido entre ambos (Clube e Patrocinador). Havendo mais de um patrocinador o espaço destinado ao mesmo deverá ser dividido igualmente entre os patrocinadores.

Parág. 3º - No caso de algum atleta possuir patrocinador particular, o espaço reservado para esse patrocínio, de acordo com a Federação Internacional de Judô será:

a. Nas 02 (duas) mangas, abaixo da altura do ombro, no espaço de 10cm x 10cm.

Parág. 4º - Todas as equipes se farão representar por atletas que, obrigatoriamente, deverão ter na altura do ombro, no espaço de 25 cm x 5 cm as cores do seu clube, observando obrigatoriamente o padrão estabelecido pelas regras oficiais da FIJ (art. 3º, alínea C, inciso IV).

DO BANCO DE RESERVAS

Art. 30º - Durante todo o período da competição é obrigatória a permanência do técnico e seu auxiliar sentados nas respectivas cadeiras, devidamente trajados com o uniforme oficial do clube (não sendo permitido o uso de chinelos ou camisa tipo regata), e toda a sua equipe sentada no banco destinado aos atletas.

Parág. 1º - Só poderão sentar no banco destinado aos atletas, os competidores, devidamente uniformizados que estiverem relacionados na súmula.

Parág. 2º - Caberá ao Árbitro Auxiliar zelar para que nenhuma outra pessoa não relacionada na súmula esteja compondo o banco destinado aos atletas.

a. Caso o Árbitro Auxiliar constate o desrespeito ao parágrafo anterior, caberá a este solicitar que o elemento retire-se da área de competição.

b. Caso o elemento não acate a solicitação, toda a equipe será advertida com cartão amarelo pelo Árbitro Auxiliar e, persistindo o fato, será desclassificada pelo Árbitro Auxiliar com cartão vermelho.

Parág. 3º - Será admitido que cada equipe mantenha fora do banco destinado aos atletas no máximo 02 (dois) atletas, que permanecerão em trabalho de aquecimento, em área estipulada pelo Árbitro Auxiliar onde não possa ocorrer qualquer tipo de interferência dos mesmos nas lutas que forem sendo realizadas, nem no andamento da competição.

Parág. 4º - Qualquer infração ao caput deste artigo ou aos parágrafos anteriores, por parte de um

dos membros da equipe ou seu técnico, será penalizada com uma advertência (cartão amarelo) proferida pelo Árbitro Auxiliar. Nesse caso, o atleta da equipe do transgressor será penalizado com shido.

- a. Antes de o Árbitro Auxiliar proferir o cartão amarelo, este deverá solicitar ao Árbitro Central que paralise a luta que estiver ocorrendo para que possa efetuar a punição, comunicando-a a mesa de controle e aos demais Árbitros.

Parág. 5º - Se algum membro de uma equipe ou seu técnico novamente desrespeitar o que determina este artigo e seus respectivos parágrafos, já tendo sido advertido com cartão amarelo, deverá ser punido com a desclassificação (cartão vermelho) proferida pelo Árbitro Auxiliar. Da mesma forma, o atleta da equipe do transgressor será penalizado com shido.

- a. Antes de o Árbitro Auxiliar proferir o cartão vermelho (desclassificação) deverá solicitar ao Árbitro Central que paralise a luta que estiver ocorrendo para que possa efetuar a punição, como também comunicar a mesa de controle e aos demais Árbitros.

b. O componente da equipe ou técnico deverá deixar a área de competição.

c. O técnico desclassificado não poderá ser substituído.

d. Se o atleta desclassificado já tiver lutado, a sua desclassificação não alterará o placar. Porém se o atleta ainda não tiver lutado e sua equipe não possuir outro atleta escalado na sua categoria, o mesmo perderá por hansoku make. Caso a sua equipe possua outro atleta na categoria, este poderá entrar para representar a equipe.

DO PEDIDO DE TEMPO PARA INSTRUÇÃO TÉCNICA

Art. 31º - Cada técnico poderá solicitar 01 (um) tempo de instrução de 02 (dois) minutos durante todo o período de competição, contanto que não interrompa um combate em andamento, a fim de dar instruções a seu(s) atleta(s).

Art. 32º - O técnico solicitará o tempo de instrução ao Árbitro Auxiliar que comunicará a mesa de controle. A mesa comunicará ao Árbitro Central e controlará o tempo de instrução.

Art. 33º - A equipe deverá reunir-se próximo ao banco destinado aos atletas a fim de receber instruções do seu técnico.

Art. 34º - Após o término do tempo para instruções todos os membros das equipes e seus respectivos técnicos deverão portar-se de acordo com o art.30º e seus respectivos parágrafos.

DISCIPLINA NO RECINTO DA COMPETIÇÃO

Art. 35º - Durante todo o período da competição só será permitida a manifestação no banco destinado aos atletas a fim de instruir e incentivar os membros de seu Clube, de acordo com as normas disciplinares vigentes para o "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ".

Art. 36º - Qualquer conduta antidesportiva por parte de algum componente das equipes (técnico, comissão técnica e/ou atletas) no recinto da competição esteja em combate ou não, deverá ser punida imediatamente com advertência (cartão amarelo) na primeira vez e na reincidência (cartão vermelho) com a desclassificação.

Parág. Único - Caso o atleta e/ou técnico cometam qualquer atitude antidesportiva grave poderão ser punidos com cartão vermelho (desclassificação), sem a necessidade de terem sido advertidos com cartão amarelo.

a. A advertência e, se for o caso a desclassificação, será efetuada pelo Árbitro Auxiliar por solicitação, ou não, de um dos membros do trio de Arbitragem.

b. A desclassificação por aplicação do cartão vermelho implicará no cumprimento da suspensão automática, que impedirá o atleta e/ou técnico de participar da rodada seguinte, incluindo os confrontos das fases semifinal e final.

c. Durante a realização das rodadas o atleta e/ou técnico que acumular 02 (dois) cartões amarelos cumprirá suspensão automática da rodada posterior, incluindo os confrontos das fases semifinal e final.

d. O acúmulo de recebimento de 04 (quatro) cartões amarelos e/ou 02 (dois) vermelhos, além de suspensão automática da rodada posterior ao recebimento dos mesmos, acarretará a análise por parte do T.J.D. da situação ocorrida, cabendo este órgão determinar as providências cabíveis.

e. O atleta ou técnico que sofrer a terceira desclassificação durante qualquer rodada do "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ" será eliminado do mesmo, não podendo ser substituído, ficando sujeito a responder junto ao Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira de Judô (CBJ).

DA COMISSÃO DISCIPLINAR

Art. 37º. - No "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ" será instalada uma Comissão Disciplinar constituída por 03 (três) Faixas Pretas ou Kodanshas, indicados pela CBJ.

Art. 38º - Competirá a Comissão Disciplinar aplicar imediatamente as sanções decorrentes de infrações ocorridas durante o Campeonato através de registros no livro de ocorrência ou ainda decorrente da transgressão do regulamento da competição, conforme art. 36º da lei 8672, de 06.07.93, regulamentada pelo decreto lei 981 de 11.11.93.

Art. 39º - Caso o atleta, técnico e/ou outro membro da comissão técnica cometam qualquer atitude antidesportiva grave dentro do recinto da competição, entenda-se em qualquer local do ginásio, poderão ser punidos com cartão vermelho (desclassificação), pelos membros da Comissão Disciplinar sem a necessidade de terem sido advertidos com cartão amarelo.

DAS PREMIAÇÕES, TÍTULOS E DIREITOS

Art. 40º - Serão conferidos certificados e troféus às equipes classificadas até o 3º lugar. Os clubes classificados em 1º (primeiro) e 2º (segundo) lugares na fase final serão atribuídos, respectivamente, os títulos de "CAMPEÃO" e "VICE-CAMPEÃO" do 7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ.

Parág. 1º - Serão conferidas medalhas aos atletas das equipes classificadas até o 3º lugar.

Parág. 2º - Terão direito a habilitação para o 8º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ, desde que cumpram as exigências estabelecidas por este regulamento:

- I. As equipes participantes do 7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ, exceto as duas últimas classificadas na competição ou equipes que tenham infringido o art. 10º deste regulamento.
- II. Equipes classificadas em 1º e 2º lugares no qualifying realizado concomitante ao IX Troféu Brasil de Clubes;
- III. Equipes convidadas pela Confederação Brasileira de Judô, que preencham os critérios técnicos para a competição.

Parág. 3º - A CBJ enviará, via Federação, documento às equipes habilitadas consultando-as sobre as condições para participar da competição. A vaga somente será confirmada após recebimento da resposta, via Federação, ao documento enviado pela CBJ. As equipes que não responderem dentro do prazo estabelecido, perderão o direito a vaga.

Parág. 4º - A agremiação ou clube perderá todos os seus pontos e direitos conquistados em caso de dissolução e/ou mudança de razão social e CNPJ, sendo necessária a sua participação no qualifying para assegurar novamente uma das vagas oferecidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41º - A duração de cada luta, atendendo a determinação da Coordenação Técnica será de 05 (cinco) minutos, para as fases todos contra todos e de 05 (cinco) minutos para as semifinais e finais.

Art. 42º - Cada agremiação será responsável pelo estado de sanidade física e mental de seus atletas, assim como as despesas médico/hospitalares que porventura se fizerem necessárias, devendo, no ato da inscrição das equipes, ser apresentado atestado médico de todos os atletas inscritos.

Art. 43º - Todos os recursos que vierem a ser apresentados pelos representantes das agremiações participantes serão julgados única e exclusivamente pela Coordenação Técnica do evento, cabendo a mesma zelar pelo cumprimento deste Regulamento.

Art. 44º - A Coordenação Técnica do "7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDÔ" será composta por 01 (um) professor indicado pela CBJ, tendo como função dirigir todo o processo organizativo desta competição.

Art. 45º - Os casos omissos no presente Regulamento serão submetidos à decisão da CBJ e, na sua ausência, à Coordenação Técnica, a quem caberá julgar os fatos que venham surgir.

RESPONSABILIDADES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDO

1. Fazer cumprir as regras oficiais da FIJ, ressalvados pelos ajustes constantes deste regulamento;
2. Fornecer todo o material impresso alusivo ao evento;
3. Escalar e arcar com as despesas da equipe de trabalho e suporte técnico do evento;
4. Vistoriar e aprovar todo o andamento técnico e operacional da competição;
5. Aplicar as medidas disciplinares automáticas nas equipes participantes, integrantes das comissões técnicas, atletas, árbitros e dirigentes;
6. Administrar e organizar as partes técnicas, jurídicas, administrativas e financeiras do evento.
7. Vistoriar os ginásios observando as instalações e estruturas para o bom funcionamento do evento, bem como para a transmissão de TV;
8. Confeccionar todo o material de divulgação, merchandising e premiação do evento;
9. Emitir o relatório final do evento.

RESPONSABILIDADES DO CLUBE SEDE

1. Despesas com aluguel, quadro móvel, carregadores e seguranças particulares dos ginásios;
2. Policiamento;
3. Limpeza;
4. Estrutura logística do evento segundo o caderno de encargos e operações do 7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDO;
5. Providenciar para que o local da competição esteja liberado, pronto e em condições de uso 2 horas antes do horário previsto para o início das atividades, sejam eles montagem ou competição propriamente dita;
6. Estrutura médica completa, de plantão durante toda a duração do evento, com ambulância para remoção em casos mais graves;
7. Local apropriado para coletivas e ações de imprensa antes e após o evento;
8. Providenciar que seus técnicos e atletas compareçam às entrevistas e ações de imprensa sempre que solicitados.

RESPONSABILIDADE DOS CLUBES VISITANTES

1. Cada clube é obrigado a participar do 7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDO com seu quadro principal em todas as etapas, sob pena de ser removido do evento em qualquer etapa e, ainda, do evento do ano subsequente por decisão da CBJ;
2. O Clube participante do 7º GRAND PRIX NACIONAL DE JUDO estará obrigado a comparecer a todas as competições, nos locais, nas datas, e nos horários marcados nas tabelas organizadas pela CBJ, que poderá alterá-las por critérios próprios;
3. Providenciar que seus técnicos e atletas compareçam às entrevistas e ações de imprensa sempre que solicitados;
4. Se apresentar nas datas, locais e horários estabelecidos pela CBJ, sob as penas previstas nas medidas disciplinares;
5. Manter a disciplina impecável no local do evento, bem como nos locais de hospedagens, alimentação e meios de transporte;
6. Transportar sua equipe e delegação, devidamente uniformizada com o traje de viagens.